

ARCAÍSMOS NA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

por

Francisco Sande Lemos*

1. INTRODUÇÃO

Em 1972 fui informado, por familiares, que nas margens do Tejo, próximo de Fratel, existiriam sinais gravados na rocha. Imediatamente comuniquei a informação aos meus colegas do GEPP (Grupo para o Estudo do Paleolítico Português) e organizou-se uma expedição, cuja primeira equipa (Maria Querol, Susana Jorge, Jorge Pinho Monteiro e eu) para além de recolher artefactos paleolíticos em diversos terraços, identificou as primeiras rochas do vasto santuário de Arte Rupestre do Tejo. À equipa inicial juntaram-se, numa primeira fase, Eduardo da Cunha Serrão e Vítor Oliveira Jorge e, depois, numerosos outros estudantes, hoje nomes conhecidos da Arqueologia Portuguesa, entre os quais António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes. Das prospecções em paleolítico saíu uma outra corrente de estudos em que se destacaram Luís Raposo e António Carlos Silva, os quais estudaram os sítios paleolíticos de Vilas Ruivas e Foz do Enxarrique. Criou-se, mesmo, uma linha de estudos regionais, com expressão no NRIA, alimentada pelo entusiasmo de João Caninas e F. Henriques, na altura estudantes do ensino secundário.

Quase uma década depois em 1983, por minha iniciativa, decidi prospectar um dos troços do vale do rio Douro, que ainda estava livre, apesar da sequência de barragens construídas nas décadas anteriores. Assim, a montante do Pocinho, a equipa que eu dirigia, formada Jesus Martinho, Vladimiro Pires e Manuel Pires, descobriu um importante conjunto de gravuras, no sítio do Vale da Casa. Já totalmente afastado dos estudos de arte rupestre, sendo Director do Serviço Regional de Arqueologia do Norte, imediatamente pedi a presença de especialistas, tendo-se deslocado para o Pocinho o Dr. António Martinho Baptista.

* Professor da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Em 1989, no âmbito de prospecções para elaborar um relatório sobre o património arqueológico a ser incluído no EIA da barragem de Vila Nova de Foz Côa, encontrei dois conjuntos de gravuras, uma delas com figuras de traço fino semelhantes ao Vale da Casa e assinalei a hipótese de existirem muitas outras, debaixo da água, submersas pela albufeira do Pocinho. Cerca de quinze quilómetros a montante encontrei (com Luís Fontes e Manuel Pires) quatro abrigos com notáveis pinturas pré-históricas. Destes achados dei logo conta aos meus colegas interessados no domínio da arte rupestre, tenho sublinhado as potencialidades do vale ameaçado de ser submerso.

Os meandros do processo de estudo do património arqueológico do vale do Côa entre 1989, data em que assinalei a sua importância e 1993, momento que o ex-IPPC/IPPAR e a EDP assinaram um protocolo, estão por divulgar.

Sabe-se que o ex-IPPC/IPPAR lançou em 1990 o Projecto Arqueológico do Côa. Todavia, pouco se sabe do que foi feito nesse ano e no seguinte (1991).

O relatório que elaborei em 1989 está no prelo (revista *Forum*), assim como um texto que redigi para a revista *Al-Madam*, gizando uma cronologia do processo, e tecendo algumas considerações. Não vou voltar a estes aspectos, embora não deixe de sublinhar que o texto remetido à EGF foi profundamente alterado no EIA, pelo que me é difícil considerar autor da versão «oficial». O espírito do relatório foi profundamente desvirtuado. A solução de um concurso público para se constituir uma equipa autónoma para acompanhar o projecto do empreendimento, mediante candidaturas apreciadas por um júri formado por especialistas de reconhecido mérito foi preterida em favor da cooperação institucional (EDP-IPPC).

Mas, para lá dos meandros específicos do processo, interessa em especial focar aspectos globais da Arqueologia Portuguesa que tiveram reflexos negativos neste episódio chamado Foz Côa, dominado pelo espírito antiquário que possui sólidas raízes no nosso país. Em pano de fundo, sob as agitadas águas do polémico dossier do património arqueológico do vale do Côa, destacam-se problemas globais da Arqueologia Portuguesa que é necessário abordar com lucidez. Como é óbvio, ao tecermos as considerações que se seguem, não pretendemos escamotear a questão de não terem sido detectadas, em 1989, gravuras com arte paleolítica, ou pelo menos não terem sido atribuídas a tal período as rochas descobertas.

2. DIREITOS DE AUTOR, ESPÍRITO ANTIQUÁRIO E COMUNICAÇÃO

Um dos problemas mais importantes é o dos direitos científicos, ou de autor. Em nosso entender o passado não é propriedade física ou intelectual de ninguém, de indivíduos, instituições, grupos ou sociedades. Os vestígios materiais do pas-

sado são um bem público, um valor social imediato. Os arqueólogos não possuem quaisquer direitos especiais sobre os sítios que descobrem, sobre os resultados das escavações que realizam, sobre o espólio que recolhem. Não tem sentido algum que o arqueólogo se considere o proprietário intelectual de uma anta, ou de uma gruta, porque a descobriu, ou de um machado de bronze, porque o recolheu.

A propriedade intelectual do arqueólogo reside exclusivamente nas leituras e nos discursos que produz sobre o passado. É a este nível que o arqueólogo pode, e deve, exigir ser citado. Infelizmente esta perspectiva está pouco difundida.

A generalidade dos praticantes preocupa-se mais com os sítios inéditos, com as peças a revelar, do que com ideias inéditas, criativas. Ou seja na Arqueologia Portuguesa domina o espírito do antiquário, do coleccionador.

Este espírito antiquário vai de par com uma extrema relutância em publicar, em comunicar. Na Arqueologia Portuguesa existem casos célebres de arqueólogos (ou antiquários) que realizaram numerosas escavações sem a mínima divulgação. Se organizarmos uma lista de escavações licenciadas nestes últimos vinte anos, verificamos que o problema está muito difundido e que se tornou um fenómeno preocupante. Das escavações realizadas nas duas últimas décadas, no nosso país, estão publicadas menos de dez por cento. E é inútil esperar que os relatórios enviados às entidades de tutela (IPPC-IPPAR) possam garantir a sobrevivência dos conhecimentos. Como relator de dezenas e dezenas de relatórios de escavações posso garantir que, na grande maioria, apenas apresentavam os elementos mínimos para serem aprovados. Quanto ao espólio pode imaginar-se a sua dispersão, uma vez que o controlo é diminuto.

As descobertas e os resultados das escavações deveriam ser divulgadas de imediato junto das entidades oficiais, da opinião pública e no meio científico.

Leis draconianas não resolvem este problema.

É imperativo que os arqueólogos se habituem a divulgar as descobertas, no mais curto prazo de tempo, através de notícias preliminares, nos locais próprios, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, na Sociedade de Antropologia do Porto, em conferências promovidas pelos Institutos das Universidades. Só assim será possível remover o espírito antiquário.

Paralelamente é indispensável que haja uma política editorial firme, suportada financeiramente pelos órgãos próprios do Estado. Só assim será possível que as revistas saiam regularmente, devidamente actualizadas. À entidade da tutela competiria publicar com mais assiduidade a sua "Informação Arqueológica", que deverá ser o retrato anual da actividade arqueológica nacional, com listas de pedidos de autorização apreciados e subsídios atribuídos. O Departamento de Arqueologia deveria editar anualmente relatórios detalhados das actividades das suas equipas, com as verbas aplicadas.

A publicidade anual das acções efectuadas pelas equipas do Instituto, das

Universidades, dos Municípios, e de outras instituições teria a vantagem de abrir caminho à transparência. Tráficos de influência e clientelismo serão incompatíveis com relatórios oficiais que discriminem as verbas concedidas, os protocolos assinados, as licenças de escavação. É óbvio que existem, e sempre hão-de organizar-se “lobbies”, por este, ou aquele, conjunto de afinidades e de relações. Todavia, se as entidades públicas e privadas forem obrigadas a declarar as fontes de financiamento, os quantitativos, as acções realizadas, será possível a cada arqueólogo ajuizar e reclamar, caso entenda que há motivo para tal.

Talvez este quadro seja utópico, mas nem por isso é menos necessário.

Caso persistam os silêncios, as omissões voluntárias, os segredos burocráticos, a esperança é diminuta.

3. EQUIPAS ESPECIALIZADAS E INTERDISCIPLINARIDADE

Outro atavismo é o receio ao especialista, à multidisciplinaridade, ao trabalho em equipa, à permuta de informações e conhecimentos. O trabalho em equipa é sempre difícil, mas nem por isso menos necessário. Nos dias de hoje a Arqueologia atingiu domínios de especialização tão díspares que o tradicional ordenamento por áreas cronológicas está a ser pulverizado, quer no domínio da *praxis* quer na exploração dos dados.

Em nosso entender esta relutância pela interdisciplinaridade teve implicações no desenrolar do processo do Côa. A circunstância de não ter sido seguida a estratégia de criação de equipas nos diversos domínios (Paleolítico, Calcolítico, etc.), teve grande incidência no evoluir do processo.

Só passados quase cinco anos principiou a funcionar uma das equipas especializadas (em paleolítico) que tinham sido preconizadas no relatório redigido em 1989. Este tempo é, por si mesmo, elucidativo.

Braga, Setembro de 1995